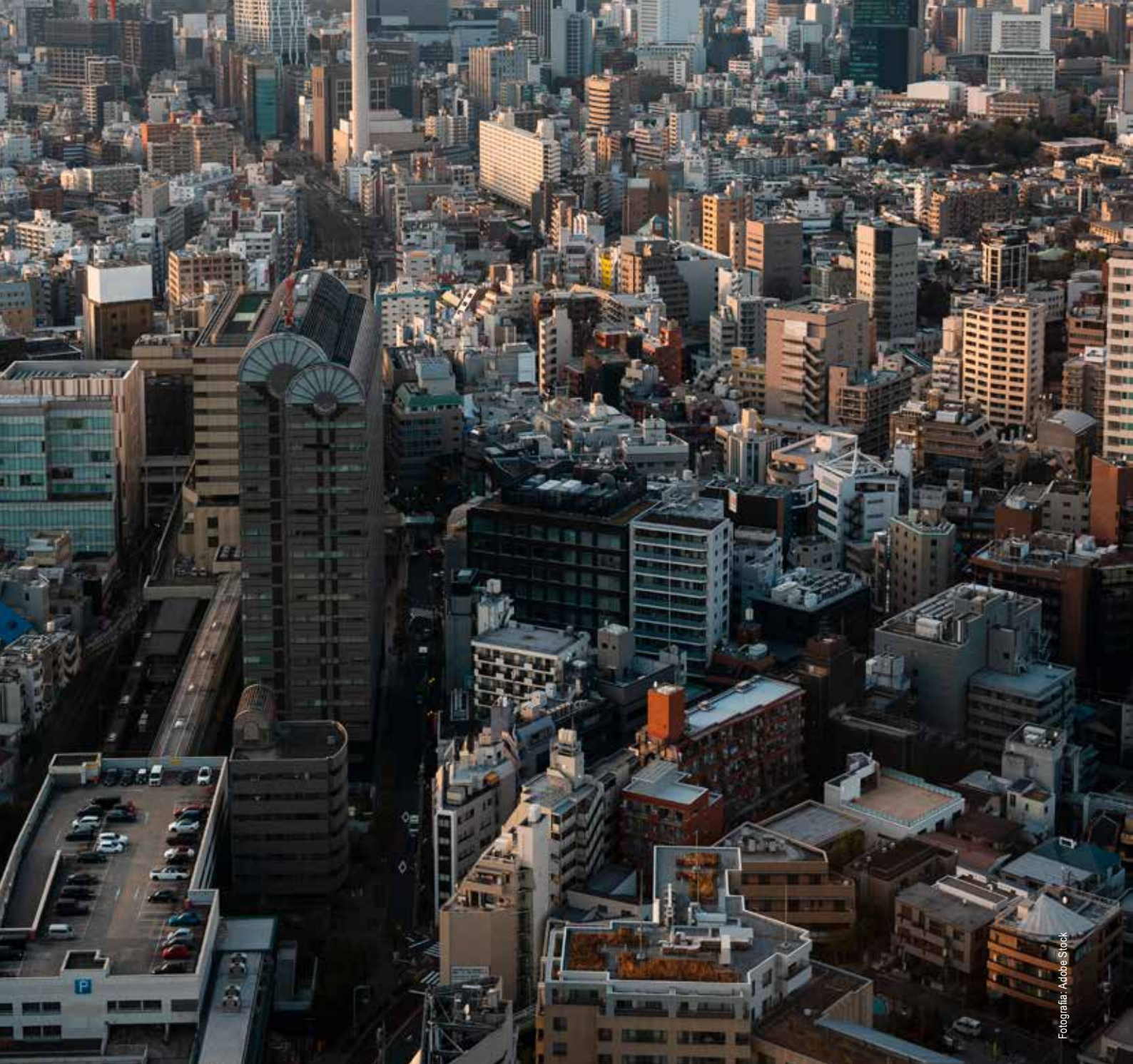
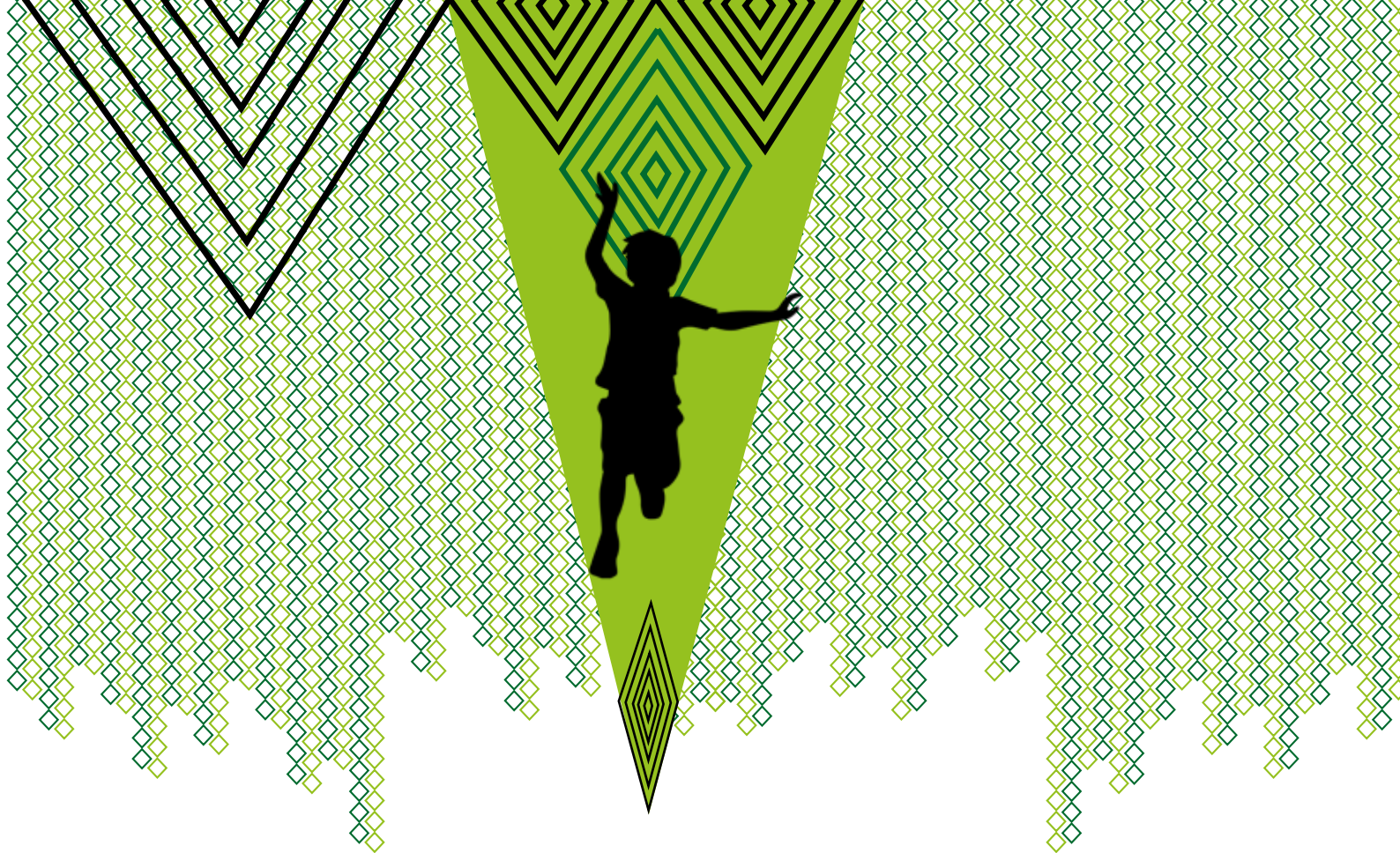




Ensinar História Indígena a partir da Cidade de São Paulo: desvelando algumas camadas da nossa história

Adriana de Carvalho Alves Braga

Prof.^a Ensino Fundamental II e Médio – EMEF Maria Aparecida Rodrigues Cintra
Coordenadora Pedagógica – EMEF Lilian Maso – DRE Freguesia/Brasilândia



Neste texto, temos por objetivo propor a reflexão sobre os elementos históricos e culturais que remetem à presença indígena em São Paulo na contemporaneidade, localizar elementos do Tupi presentes em alguns topônimos da Cidade de São Paulo no passado e no presente, e apontar aspectos da formação da Cidade de São Paulo evidenciando a contribuição dos povos indígenas.

Palavras-chave: Ensino de História e Cultura Indígena; Ensino de História; História de São Paulo.

Introdução

São Paulo é uma cidade indígena, todavia, quando resgatamos nossas memórias escolares, é possível identificar uma lacuna no que se refere à contribuição das culturas indígenas para a formação da cidade, e essa lacuna pode ser nomeada como silenciamento, apagamento ou anulação. A seleção dos conteúdos de ensino, as fontes históricas, as temáticas e as abordagens são elementos de constante discussão. Como educadora e pesquisadora, tenho dedicado parte dos meus esforços no desenvolvimento de produções que contribuam para a práxis pedagógica, por meio do diálogo entre o currículo e a prática pedagógica decolonial. Em artigo dedicado a refletir sobre o ensino de História Indígena, salientamos a importância de discutir conceitos e desconstruir estereótipos, reconhecendo e valorizando a contribuição indígena na atualidade “abolindo a ideia de indígena como alegoria social – algo que tem efeito negativo quando pensamos na etapa inicial de formação de conceitos” (ALVES, 2015, p. 47).

Cabe salientar que, ainda que a legislação em vigor determine que o ensino de História e Cultura Indígena tenha como base a valorização da contribuição das popula-

ções indígenas nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2008), ainda persistem, no imaginário social, visões estereotipadas, exóticas e romantizadas sobre as populações indígenas. Tratando de discutir a representação das culturas indígenas no contemporâneo, Cusicanqui (2021) tece severas críticas ao discurso do multiculturalismo e do hibridismo que, em seu ponto de vista, encobrem e renovam práticas efetivas de manutenção da colonização e subalternização das populações indígenas.

Consideramos que umas armadilhas que comprometem o ensino da História e Cultura Indígena é o tratamento da população indígena como uma cultura exótica, o que contribui para esse reconhecimento retórico do qual trata Silvia Cusicanqui. Esse exotismo pode ser interpretado por meio da inclusão de conteúdos desprovidos de criticidade, ignorando a luta por direitos protagonizada pelas populações indígenas no presente. Logo, tratar essas populações como povos do passado e alegoria social contribui para que a lei fique apenas no papel e que a tão necessária justiça curricular não seja implementada.

A São Paulo Indígena

O trabalho pedagógico que apresentamos neste relato se fundamenta na concepção de currículo proposta pela Secre-

taria Municipal de Educação - SME e nas orientações correlacionadas a temática da História e Cultura Indígena. Com foco nos

conteúdos relativos à história indígena, e tratando de desenvolver tal ensino com estudantes do 7º ano do ciclo aural, desenvolvemos algumas práticas que corroboram com tal revisão curricular.

Em relação aos recursos, temos explorado a literatura indígena, sendo de especial relevância a obra “Crônicas de São Paulo” (2009), de Daniel Munduruku. A crônica “Anhangabaú”, por exemplo, é disparadora das atividades envolvendo o patrimônio linguístico brasileiro, aportado pelas culturas indígenas. Nas aulas, fazemos uma análise das palavras e sua historicidade, buscando no explorar a permanência de palavras de origem indígena no mapa de São Paulo e realizando pesquisas sobre os significados na língua original. O bairro da Freguesia do Ó, por exemplo, é atravessado pela Avenida Itaberaba, importante via de tráfego, e a busca pela origem de tal nome é bastante revelador (itaberada: pedra brilhante), o que conecta o bairro como território de cruzamentos com a história da colonização e o contexto de exploração de pedras preciosas.

As análises do mapa da Cidade de São Paulo são recursos bastante explorados nas aulas. No Mapa da Capitania de S. Vicente

1553-1597, os estudantes localizam as vilas e os territórios ocupados pelas etnias no século XVI e inferem que, à época, já havia o reconhecimento da ocupação indígena nos pontos onde hoje se localizam alguns bairros e cidades – exemplo disso é Guarulhos (terra dos Guarus) e Guaianases (terra dos Guaianás). Quando situamos a importância dos rios como meios de locomoção no pretérito, utilizamos o documentário Entre Rios (2009), somam-se a essas análises as investigações de topografia – pico do Jaraguá, serra da Cantareira – como elementos de permanência da história indígena através dos topônimos.

Para garantir a ludicidade, criei um jogo de tabuleiro (material permanente) intitulado “Bingo de palavras indígenas”. Essa brincadeira é realizada em grupos, e os estudantes têm que analisar as palavras e inferir seu significado. Trata-se de uma atividade que marca a trajetória escolar das crianças, pois, de uma forma lúdica, estes introjetam os conteúdos e passam a se interessar por analisar e investigar as palavras. Faz parte do acervo do jogo palavras curiosas como jururu (tristonho), piranha (peixe dentado), coroca (resmungona) e perereca (ir aos saltos).

Considerações

A revisão curricular proposta pela Lei Federal nº 11.645/08 exige que educadoras não apenas se sensibilizem para a importância de tal temática, mas que se qualifiquem por intermédio da formação continuada. Os materiais didáticos disponíveis em nossas escolas ainda são insuficientes para promover tal revisão e, por essa razão, a realização de pesquisas cumpre papel fundamental para

ampliar o repertório conceitual. A construção de práticas pedagógicas com abordagens diversificadas possibilita que a aprendizagem dos estudantes seja construída com sentido, instigando os adolescentes e possibilitando uma formação crítica e de valorização da História e Cultura Indígena.



Referências

ALVES, Adriana de Carvalho. Ensino de História e Cultura Indígena: trabalhando com conceitos, desconstruindo estereótipos. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 168, p. 42-54, 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2008.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch’ixinakax Vtxiwa**: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. São Paulo: N-1 edições, 2021.

Entre Rios: a urbanização de São Paulo. Caio Silva Ferraz, Luana de Abreu e Joana Scarpelini. SENAC, 2009.

MUNDURUKU, Daniel. **Crônicas de São Paulo**: um olhar indígena. São Paulo: Callis, 2009.

